

MULHERES, APRENDIZADOS E LUTAS NO ACAMPAMENTO JOSÉ MARIA DO TOMÉ

Mila Nayane da Silva¹
Sandra Maria Gadelha de Carvalho²

Esta pesquisa se volta para a temática do gênero feminino no campo, tendo como lócus de investigação o Acampamento José Maria do Tomé, situado na Chapada do Apodi, na região jaguaribana, no estado do Ceará. Nossa inserção na área de realização da referida pesquisa, foi possibilitada através do Projeto de Extensão universitária “Escola, meio ambiente e vida: reconstruindo saberes e caminhos”, desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará – UECE, nesta região. O objetivo desta pesquisa é investigar como as mulheres do supracitado acampamento percebem a realidade feminina depois da sua participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o qual coordena a ocupação na área do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, onde fica o Acampamento. Desta forma, analisamos como se deu a inserção das mulheres na luta pela terra e observamos se sua participação na organização, tem proporcionado a construção de uma visão crítica sobre a condição feminina, consolidando novos saberes e práticas emancipatórias. A pesquisa de cunho qualitativa se desenvolveu em dois vieses, bibliográfico e empírico, com entrevistas a mulheres em condição de coordenação e anotações de depoimentos em reuniões, momentos de debates e lutas. Constatou-se que o lócus da investigação é marcado por conflitos, pois, como esclarecem Mendes e Carvalho (2014) e Freitas (2010), o avanço do capital através da instalação das grandes empresas na Chapada do Apodi, desapropriou agricultores familiares investindo na monopolização da água para o sistema de irrigação e ocasionando adoecimento da população pelo uso intensivo de agrotóxico com pulverização aérea. Pelas tensões nestas frentes, foi assassinado o

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará; mestranda em Educação e Ensino na mesma instituição. milanayane@hotmail.com

² Coordenadora do Programa de Extensão: “Educação do Campo, Escola e organização da cultura: vivências e conhecimentos para a emancipação humana”, do Laboratório de Estudos da Educação do Campo- LECAMPO. Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos-FAFIDAM/UECE. Professora do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino da mesma instituição/MAIE. sandra.gadelha@uece.br

ambientalista e liderança local, José Maria Filho, em 21 de abril de 2010. Após um período de retração, os movimentos sociais reagiram exigindo a identificação e punição dos assassinos e ocuparam parte das terras do Perímetro irrigado, fundando o Acampamento, o qual, em sua memória leva seu nome. No interior desse movimento dialético emergem as atividades contra hegemônicas, que no caso, resultam na luta contra o avanço do capital no campo, que assola cada vez mais a existência e o modo de vida do camponês e da camponesa, afetando-os de todas as formas, seja em sua organização do trabalho e produção, na dimensão da organização social e em suas condições de saúde. Da resistência na Chapada, se constituiu o Acampamento José Maria do Tomé, como conquista dos que buscam florescer em meio à lógica destrutiva do capital para o campo. Homens, crianças, e, sobretudo, as mulheres, são cotidianamente chamadas para a resistência que se dá nas práticas a favor da reconstrução de relações sociais mais humanizadas, assim, distanciando-se de todas as opressões que marcam nossa sociedade capitalista e patriarcal. Para que isso se torne efetivo, precisa-se trabalhar a opressão em todas as suas faces. No caso das mulheres, o enfoque deve ser dado à opressão de gênero e ao papel que a mulher camponesa desempenha na luta pela Reforma Agrária. É importante mencionar as contribuições da organização e formação feminina para a autonomia da mulher, enfocando, sobretudo as possíveis práticas emancipatórias na Chapada do Apodi, estas reverberadas pelo ato educacional de (trans) formação presente na luta por terra mediada pelo MST. As mulheres mostram-se cada vez mais participativas frente aos problemas decorrentes das desigualdades sociais, culturais e de gênero na sociedade capitalista e patriarcal, sejam as tidas feministas, que se manifestam por meio dos atos em prol da equidade e justiça frente aos papéis designados e construídos socialmente, sejam nas suas relações cotidianas nas práticas de acampadas ou nas relações conjugais. A presença feminina se faz em várias frentes de lutas e demandas questionadoras e transformadoras da realidade, na qual se insere, tendo em vista que na sociedade vigente, o homem é que define qual é o papel e comportamento feminino, através do que é denominado de patriarcado. Este tem origem do latim, segundo Christine Delphy 2009) citada por Cisne (2013) “‘patriarcado’ vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arke (origem e comando) [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai” (CISNE,2013, p. 121). Muitas mulheres ao longo da história foram silenciadas, donde, em contrapartida, torna-se imperativo colocar em evidência a formação crítica da mulher camponesa inserida na luta pela reforma agrária numa perspectiva da teoria política feminista e como elas participam e agem nessa luta diária. Deste

modo, o feminismo tenta romper com os ditames do patriarcado, através de suas práticas de mobilização e conscientização das mulheres, mas não é considerado somente feminismo aquela práxis inserida no movimento organizado. Conforme orienta Alves e Pitanguy (1985, p.9) o exercício feminista pode estar “[...] também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais sob um prisma onde o feminino (grifo das autoras) não seja o menos, o desvalorizado” No que concerne às mulheres do campo e redes de mobilização, sua atuação pode ser reconhecida através das Marchas que ocorrem ao longo dos anos 2000, destaca Gohn (2011). Seja a Marcha do MST, em que é marcante a presença feminina ou a Marcha das Margaridas, são expressões do recorte feminista no campo e de suas demandas. As camponesas resistem por justiça ambiental, qualidade de vida e, mormente para seu reconhecimento como construtoras de saberes no contexto que sempre foi marcado pela subalternização e exclusão social. Assim, como elucida Arroyo (2007) as práticas no âmbito dos movimentos sociais, sobretudo, nos populares, são consideradas geradoras de aprendizagens para os sujeitos envolvidos nas atividades que têm como intento construir o novo diante de uma determinada realidade em que foram detectados problemas a serem superados na ação em conjunto. Quando se remete às aprendizagens, logo se pensa em saberes construídos no decorrer do desenvolvimento das ações coletivas no interior dos movimentos e seu envolvimento com a educação (Gohn, 2011). A resistência feminina camponesa, as ações educativas no seio dos movimentos sociais populares e educação como prática estão completamente imbricadas, visto que possibilita uma formação inserida nos movimentos. Entretanto, as transgressões femininas têm mostrado que as mulheres estão buscando seu espaço e reconhecimento, como nos elucida Esmeraldo (2008). Os movimentos se organizam e demonstram em suas atividades em grupo uma reflexão sobre o contexto, seguida de práxis. Trata-se de uma educação não formal, tida como uma ação organizada e rica no quesito político de entendimento da realidade e encaminhamento das pautas emancipatórias (Carvalho, Mendes, 2014). Sendo assim, a pesquisa desvelou que os elementos educacionais e formativos referentes às questões de gênero, vivenciados pelas mulheres acampadas explodem em efusão de descobertas nas formas de lutas no cotidiano dos movimentos sociais do campo, merecendo destaque o protagonismo da práxis educativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua relação educacional, sempre motivadora da participação equânime das mulheres, homens e até das crianças como analisam Medeiros (2000) e Vendramine (2000). No Acampamento José Maria do Tomé, a relação

educacional estabelecida entre a luta pela Reforma Agrária e práticas de autonomia feminina foi identificada na pesquisa, todavia, em meio a conflitos explícitos ou implícitos com a cultura hegemônica de gênero, evidenciada em atitudes excludentes dos companheiros de luta, quando se trata da contribuição efetivamente feminina na organização do acampamento. Constatou-se na pesquisa que as camponesas passaram por um processo de transformação durante sua participação efetiva na organização do acampamento, em atividades econômicas e culturais, antes identificadas com o mundo masculino. As relações conjugais, nas quais se inserem, modificaram-se durante este processo de luta, pois as mulheres demonstram mais consciência política de gênero, quanto aos direitos em geral e a condição feminina, em particular, possibilitando também que seus companheiros reflitam sobre a importância e necessidade de sua inserção nas dinâmicas sociais. A autonomia de buscar sustento para si e a família impulsiona as mulheres a superarem historicamente a prática feminina limitada aos cuidados do lar e dos filhos, trilhando caminhos para além dos que levam à casa/cozinha/quintal, reafirmando-se como protagonistas de suas próprias histórias de conquista da terra e de uma nova vida livre da opressão de classe e de gênero no campo.

Referência bibliográfica

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo. Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ARROYO, Miguel G. Os movimentos sociais e o Conhecimento: uma relação tensa: **In II Seminário Nacional: O MST e a pesquisa**. Cadernos do ITERRA, ano VII – nº 14 – dezembro de 2007.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante feminista no Brasil**. Tese de doutorado em Serviço Social defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

CARVALHO, Sandra M.G. de; MENDES, José E. **Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio**. Interface: a journal for andabout social movements. Artigo. Volume 6 (1): 45 - 73 (Maio 2014)

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. **Relações de Gênero, Feminismo e Subjetividades**. ST 33. P. 1-7, 2008.

FREITAS, Bernadete Maria Coelho. **Marcas da modernização da agricultura no território do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará.** 2010. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GHON, M. G. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativo do terceiro setor.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: Adriana L. Lopes, Andrea Butto Zarzar. **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil** / – Brasília: MDA, 2008. P. 7-18.

VENDRAMINI, Célia Regina. Terra, **trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.